



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

A HUMANIDADE DOS SUJEITOS PERIFÉRICOS EM

DOIS CONTOS DE GEOVANI MARTINS

GABRIELA DE SOUZA PEIXOTO

RIO DE JANEIRO

2021

GABRIELA PEIXOTO

A HUMANIDADE DOS SUJEITOS PERIFÉRICOS EM
DOIS CONTOS DE GEOVANI MARTINS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português.

Professor orientador: Professor Doutor em Letras Paulo Roberto Tonani do Patrocínio

RIO DE JANEIRO

2021

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo tecer comentários acerca dos contos “Espiral” e “A história do Periquito e do Macaco”, presentes no livro *O sol na cabeça*, de Geovani Martins. Partindo da necessidade de abordar questões sociais relacionadas a literatura marginal e periférica, aqui serão analisadas questões como a desumanização e, conseqüentemente, a humanização dos sujeitos periféricos e a importância de dar voz a esses sujeitos para que eles possam, por eles mesmos, descrever e subverter sua realidade. Para aprofundar e sustentar os argumentos defendidos aqui trago os conceitos de Orientalismo, no qual o crítico literário Edward W. Said (1990) se propõe a definir a relação de poder existente entre o oriente e o ocidente – aqui tratados como espécies de “centro” e “margem” –; de Estigma, proposto pelo cientista social, antropólogo e sociólogo Erving Goffman (1981), em que uma classe superior estigmatiza, ou seja, impõe traços e marcas sociais que diminuem a classe que se difere dela e, por fim, de Necropolítica, cunhado pelo filósofo Achille Mbembe (2018), que se propõe a explicar como o fazer político se apropria da morte e é capaz de decidir qual sujeito pode ou não morrer.

PALAVRAS-CHAVE: O sol na cabeça, Geovani Martins, literatura marginal e periférica

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe que preparou todo o solo para que eu pudesse caminhar, que me apoiou em todos os momentos da vida e me permitiu chegar em lugares os quais eu nunca pensei que pudesse chegar.

Agradeço também ao meu orientador, Paulo Roberto Tonani do Patrocínio, por todo o conhecimento ensinado, por toda disposição e acolhimento à minha pesquisa e, principalmente, por toda a paciência durante esse período.

Agradeço aos meus amigos que dividiram comigo tanto os melhores quanto os piores momentos da graduação – dividindo aulas, almoços, contos, sorrisos e lágrimas – em especial Adriele, Amanda, Ana Luiza, Carolina, Lizandra e Thiago.

Agradeço ao Thiago, meu amigo e namorado, por todo apoio e compreensão durante esse período, por todo incentivo e por caminhar comigo, aliviando o peso dos dias e dividindo comigo a alegria deles.

Agradeço, ainda, a Aparecida, minha segunda mãe, que abriu sua casa e seu coração para que eu pudesse habitar, me acolhendo como parte da família e cuidando de mim durante parte da graduação.

Agradeço por último, mas com igual grau de importância dos anteriores, a todos os professores que tive durante a graduação, principalmente ao professor Ary Pimentel, por não só me apresentar a literatura marginal e a obra aqui estudada, mas também por dedicar suas aulas a dar dignidade ao que está próximo a realidade de seus alunos.

SUMÁRIO:

1. Introdução.....	7
2. Questões do outro – Geovani Martins e Rubem Fonseca.....	9
2. 1. Primeiro movimento.....	9
2. 2. Segundo movimento ou a primeira perseguição.....	10
2. 3. Terceiro movimento	12
2. 4. Último movimento.....	15
3. A história do Periquito e do Macaco.....	20
3. 1. Sobre o mito da pacificação	20
3. 2. Sobre a questão da fábula.....	24
4. Considerações finais.....	27
Referencias.....	28

“(...) O dedo, desde pequeno geral te
aponta o dedo
No olhar da madame eu consigo sentir o
medo (...)”
Do alto do morro, rezam pela minha vida
Do alto do prédio, pelo meu fim (...)”
Djonga – *Hat-Trick*

1. Introdução

A partir dos anos 1990 – em obras como *Fortaleza da Desilusão*, de Ferréz, e *A Margem do Vento* e *Pensamentos Vadios*, de Sérgio Vaz – a expressão literatura marginal passa a ser utilizada para designar um novo tipo de escritor brasileiro. No lugar daquele que antes era visto pela crítica literária como marginal por não se inserir no mercado editorial da época e pela utilização de novas formas de divulgação de seus textos – como papéis mimeografados, muros, camisetas – os poetas marginais dos anos 1970, entram aqueles que se originam das camadas mais baixas da sociedade.

Desse modo, a expressão antes utilizada para designar autores “oriundos das camadas média e alta, estudantes de universidades públicas e ligados às atividades de cinema, teatro e música” (NASCIMENTO, 2009), passa a ser alcunha para escritores vindos das periferias brasileiras, se tornando a literatura “produzida por quem está excluído social, econômica e literariamente” (HOSSNE apud NASCIMENTO, 2009).

Sob essa definição de literatura marginal, podemos inserir o escritor carioca Geovani Martins, nascido em Bangu, tendo sido morador da Rocinha e, atualmente, morador do Vidigal, que começou sua produção literária por meio das oficinas oferecidas pela Festa Literária das Periferias (FLUP) entre os anos de 2013 e 2015.

Tendo alguns de seus contos publicados na revista *Setor X*, o autor, traz em seu livro de estreia, *O sol na cabeça*, treze contos que retratam a realidade da vida na periferia a partir de um ponto de vista de dentro, ou seja, criando uma produção em que permite à periferia falar por si própria, ou ainda, segundo Andréa Hossne “um contraventor que começa a falar da sua própria voz” (HOSSNE apud Nascimento, 2009).

Ao começar a falar sobre sua própria voz, Geovani não fala apenas por si próprio, mas por diversos personagens que o cercam em sua vivência. O que resulta num processo de escrita em que se reflete o sujeito periférico carioca. Assim, Martins escreve uma literatura que se opõe a visão desumanizada, ou seja, animalesca e violenta, passando a enxergar esse sujeito periférico novamente como um ser humano, através da construção de um personagem que não corresponde aos estereótipos para ele traçados e da representação de seus pensamentos – dando voz, o que pode ser verificado pela predominância da primeira pessoa,

àquele que sempre foi silenciado. A importância dessa forma de se fazer literatura pode ser confirmada a partir do que afirma Cândido (2004),

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de dar voz, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor de sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada.

Aqui serão analisados os contos “Espiral” e “A História do Periquito e do Macaco”, nos quais é possível observar a formação desse processo de humanização. Em relação ao primeiro conto, isso será feito por meio da análise dos movimentos, que funcionam como os atos no teatro, propostos pelo autor durante o texto, que levam o narrador a realizar suas ações e, também, por meio da comparação com o conto “O Outro” de Rubem Fonseca. A respeito do segundo conto, em um primeiro momento será feita a análise do pano de fundo da história trazido pelo autor, a pacificação da Rocinha, e, em seguida, a análise da história de caráter fabular que nomeia o conto – a apresentação dos personagens do título e a “moral” da história.

2. Questões do *outro* – Geovani Martins e Rubem Fonseca

O livro *O sol na cabeça* é repleto de personagens periféricos que não possuem um nome. No conto “Espiral” não seria diferente. Essa ausência de nome ao personagem pode justificar a vontade do autor de escrever não apenas sobre um personagem específico, mas sobre diversos sujeitos residentes de áreas periféricas que também passam pelas mesmas situações vivenciadas pelo personagem no conto. A partir da vivência desse personagem, que ocorre de modo quase que circular, como uma espiral, em que se dá voltas que sempre chegam a um ponto comum, podemos observar como essas situações repetidas fazem com que o narrador, mesmo sendo levado sempre por esse caminho, consiga subverter a lógica proposta a ele. Aqui, esse movimento espiral ganha forma e é por meio dele que acompanhamos, passo a passo, o caminho traçado pelo narrador.

2.1 Primeiro movimento

O conto, narrado em primeira pessoa – uma possível tentativa do autor de dar voz a sujeitos marginalizados que não possuem voz na sociedade – inicia com o personagem principal contando que certos “movimentos” haviam iniciado em sua vida muito cedo e que ele não os entendia. Os movimentos relatados por ele, nada mais eram do que movimentos de medo quando ele se aproximava de quem era do “asfalto”.

Os movimentos haviam se iniciado com “os moleques do colégio particular” que tremiam quando seu “bonde passava” (MARTINS, 2018, p. 17). Ele diz achar esse movimento estranho, já que seu “bonde” não metia medo em ninguém de sua própria escola, porém pela Gávea, o narrador afirma que se sente como esses moleques que o intimidavam em sua própria escola. Ele diz gostar dessa sensação, às vezes, mas não entender bem o que acontecia.

O personagem, ao indicar que vivia correndo dos “moleques” de sua própria escola e dizer que eles eram maiores, mais fortes e mais violentos que ele, cria uma oposição dizendo quem ele não é. Ele, visto dentro de seu próprio ambiente, não é como esses meninos – que ele não nega existirem – e, visto fora de seu próprio ambiente, ou seja, numa oposição aos meninos dos colégios particulares da Gávea, onde se passa a história, é julgado como maior, mais forte e mais violento e não consegue compreender o porquê disso.

Ao realizar a comparação do personagem principal do conto com outros personagens da narrativa, Martins possibilita que leiamos o conto traçando três tipos de sujeitos. O primeiro é aquele em que o personagem principal se enquadra: um menino comum, morador da periferia, e, portanto, marginalizado – visto como um marginal. O segundo grupo é aquele em que estão os “moleques”, que são descritos como grandes e violentos, e que também são marginalizados, apesar de estarem em oposição ao primeiro grupo, já que ao primeiro não há a marca proposital da violência. Por fim, temos o terceiro grupo no qual se incluem as pessoas de fora da periferia, as que marginalizam os periféricos, por serem vistos socialmente como ideal moral a ser seguido.

Por meio dessas comparações pode se concluir que esse personagem principal se encontra em um entre-lugar, pois, ao mesmo tempo em que ele está na periferia e, por isso, não pode ser visto como alguém do asfalto, ele também não corresponde à violência que é projetada nele enquanto um homem periférico e, possivelmente, racializado. Cria-se então uma heterogeneização da margem e, com isso, a humanização desses sujeitos. Já que não é mais possível associar a característica da violência a todos eles.

O conto segue e o narrador nos mostra sua forma de pensar em relação a como é ser um sujeito pertencente a periferia da Zona Sul carioca. Ele afirma que “o abismo que marca entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo” (MARTINS, 2018, p. 18), se comparado as favelas que ficam nas outras regiões do Rio de Janeiro, apesar dos moradores das outras regiões considerarem um privilégio. Nesse trecho do conto, o narrador, de modo bastante cirúrgico e pontual, enfatiza a discrepância entre a vida no morro e asfalto: “é tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros” (MARTINS, 2018, p. 18). Dessa vez, o narrador já crescido começa a entender o olhar julgador que sempre recebeu.

2. 2. Segundo movimento ou a primeira perseguição

No terceiro parágrafo do conto, o narrador, já crescido e capaz de compreender o que significava o olhar que recebia do outro, começa a narrar sua primeira perseguição. Ele afirma que tudo havia começado do jeito que ele mais detestava: quando ele, distraído, chegava a se assustar com o susto que a pessoa levava ao vê-lo como uma ameaça, o que causava no narrador uma mistura tristeza e ódio. Diz: “Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais uma vez, pra não xingar a velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus”. Diante do incômodo da “velha”, é notável o

quanto a classe à qual ela pertence é excludente e não deseja que a cidade seja compartilhada. Para eles não deve haver esse espaço de contato, pois dividir a cidade, ou seja, pensar na rua como um ambiente heterogêneo não é interessante, pois, se a classe marginalizada ganha espaço, em contrapartida é a classe mais alta que perde seu espaço de privilégio.

Dessa vez, ao perceber a reação da “velha”, ele decide reagir de modo que se esperava dele, oposto ao que sempre fazia: ao invés de afastar-se, o personagem se aproxima dela e fixa o olhar em sua bolsa “fingindo que estava interessado no que pudesse ter ali dentro, tentando parecer capaz de fazer qualquer coisa para pra conseguir o que queria” (MARTINS, 2018, p. 18). Ele a persegue, como um modo de vingar o que já havia vivido antes. Porém, quando a velha entra em uma cafeteria e a perseguição tem fim, ele sente “nojo de ter ido tão longe” ao se lembrar de sua avó, entretanto, o nojo que sente dura pouco, já que ele se dá conta de

que aquela mesma velha, que tremia de pavor antes mesmo que eu desse qualquer motivo, com certeza não imaginava que eu também tivera avó, mãe, família, amigos, essas coisas que fazem nossa liberdade valer muito mais do que qualquer bolsa nacional ou importada. (MARTINS, 2018, p. 19)

Ele percebe no comportamento da velha que ela não era capaz de vê-lo como um ser passível de estabelecer relações humanas, ou seja, alguém com família e amigos, enxergando-o apenas como um ser marginalizado (no sentido pejorativo da palavra, isto é, um marginal), o criminalizando, o desumanizando.

O autor nos leva a refletir acerca de como nossas relações interpessoais nos tornam seres humanos. O sujeito, que a mulher vê como um criminoso, não é visto como um ser humano, mas como um ser animalesco, o que é bastante problemático, já que, além dela não o enxergar como um ser humano apenas por sua aparência, ela desumaniza também o sujeito criminoso, fomentando o discurso preconceituoso que afirma que o bandido bom é o bandido morto, que, incapaz de se relacionar enquanto um ser humano, deve ser sacrificado, como um animal improdutivo.

Esse discurso transmite a incapacidade da classe “dominante” de enxergar os problemas sociais que cercam aqueles sujeitos e que fazem com que alguns deles entrem para o mundo do crime. Esses não se envolvem com a criminalidade por não serem humanos, mas por serem humanos não vistos como tal, tidos apenas como inferiores,

“servos” e não dignos do acesso ao poder aquisitivo. Sendo assim, a barreira social, devido à má distribuição da renda, cria os abismos descritos pelo narrador, o que faz com que uma figura ameaçadora seja forjada, o que constrói uma espécie de “monstro-criminoso”, tornando o narrador – esse monstro – mais ameaçador que o próprio ato criminoso.

2.3 Terceiro movimento:

O sujeito, nunca visto como um indivíduo, mas visto como mais um membro da massa uniforme que é a periferia, passa a olhar para o outro, que o julgava, também como uma massa uniforme, afirmando que “algo sempre os unia, como se fossem todos da mesma família, tentando proteger um patrimônio comum” (MARTINS, 2018, p. 19) e decide, apesar de por vezes enxergar isto como loucura, que “não poderia parar, já que eles não parariam”, ou seja, como o olhar do asfalto sobre ele não mudaria, ele passa a persegui-los por saber que suas vítimas não deixariam de temê-lo, iniciando assim, um movimento espiral, circular. No qual os eventos se repetem, porém, como afirma Patrocínio (2016), com uma “oscilação na forma de caracterização dos fatos”.

O autor, mais uma vez, reforça a humanidade de seu personagem apresentando-nos uma lista de eventos rotineiros em sua vida e que estavam sendo prejudicados por suas perseguições, como a concentração dele na leitura, o placar do jogo de futebol, o relacionamento dos amigos, o preço do ingresso do cinema. Podemos perceber com isso, mais uma vez o olhar crítico do autor sobre o quanto a visão externa sobre o sujeito periférico é limitada e limitante, já que o personagem criado por Martins possui gostos bastante similares ao de quem mora no asfalto, como o interesse por futebol e por arte – representado pelos livros e pelo cinema – que eram prejudicados por suas perseguições. Percebemos, assim que quanto mais o sujeito realizava o comportamento esperado por ele, pelos moradores do asfalto, mais ele se afastava de sua individualidade, ou seja, aquilo que o constitui com um indivíduo.

Podemos assim traçar uma relação que coloca o sujeito periférico como refém de um sistema no qual a classe alta os caracteriza como não-humanos, isto é, animais agressivos e violentos, fazendo com que sua reação – resposta – seja essa violência. Em *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, Edward W. Said (1990) pontua que “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia”. A partir disso, podemos afirmar que, o

centro, ou seja, o asfalto, está para o Ocidente – aquele que domina – assim como a periferia está para o Oriente – aquele que é dominado.

Diante dessa dominação feita pelo asfalto, podemos perceber que essa classe inferioriza a outra por meio da estigmatização dela. Acerca disso, Erving Goffman (1981) afirma que o estigma é um modo de marcar um sujeito de uma forma depreciativa e é a classe mais alta, portanto, que atribui essa marca, de um modo social, aos sujeitos periféricos. Assim, vê-se a desumanização da classe mais baixa, haja vista que para o morador do asfalto “alguém com um estigma não seja (considerado) completamente humano” (GOFFMAN, 1981). Nesse sentido, o autor afirma ainda que é construída uma teoria do estigma na qual é criada uma ideologia para explicar a inferioridade do sujeito estigmatizado e “dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (GOFFMAN, 1981).

O narrador do conto, a partir disso, decide não somente perseguir suas vítimas por gosto, mas passa a ver essa obsessão, como ele mesmo chama, como uma “forma de pesquisa, estudo sobre as relações humanas”, o que permite a ele observar na prática como é estar nesse lugar de estigmatizado – o que pode ser visto, ainda, como um artifício de denúncia de Martins. Porém, a dificuldade que ele possuía para entender como eram as reações de suas vítimas eram cada vez maiores, por se tratar de pessoas que viviam num mundo alheio ao dele – mais uma vez, o autor deixa clara a diferença existente entre o olhar de quem vive no asfalto e o de quem vive na periferia.

Na leitura do conto, é possível observar que havia outro fator que aumentava sua dificuldade: a necessidade que ele possuía de ter que “atuar simultaneamente” (MARTINS, 2018, p. 20). Com a escolha do vocábulo atuar, o autor nos mostra que a perseguição feita pelo seu personagem não era algo realmente de intenção criminosa, mas sim uma experiência, um estudo, uma pesquisa de comportamento humano, realizada por ele.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo personagem, ele decide que precisa se concentrar em apenas uma pessoa. O autor encontra, portanto, sua vítima derradeira em uma noite ao esbarrar com um homem que virava a esquina ao mesmo tempo que ele. “Trombamos, ele levantou os braços reagindo ao assalto” (MARTINS, 2018, p. 20). A escolha da sua “vítima” não é aleatória. Sua vítima é alguém que o vê enquanto não-

humano antes que ele o enxergue, relacionando-o, assim como sua primeira vítima, a velha, a um criminoso, despertando nele a mesmo ódio inicial, “descontrolado, que enche os olhos d’água” (MARTINS, 2018, p. 20), que ela, reacendendo nele a humilhação e o desejo de vingança.

O personagem de Martins inicia, então, seu movimento de pesquisa perseguindo sua mais nova cobaia: Mário, que era observado não só enquanto ia de casa para o trabalho, mas também enquanto estava com sua família em seus momentos de lazer.

Em uma cena em que é narrado um passeio de Mário com sua esposa – Sophia – e suas filhas, batizadas pelo narrador de Maria Eduarda, a mais velha, e Valentina, a mais nova, devido as suas “carinhas de crianças bem alimentadas” (MARTINS, 2018, p. 20), é evidenciado o quanto a família parecia “um verdadeiro comercial de margarina” (MARTINS, 2018, p. 20).

O ponto destoante da suposta família feliz era a personagem da babá que, usando seu uniforme todo branco, os seguia. A babá trazida por Martins não se parece com a família que ela acompanha, mas se parece, possivelmente, com ele, ou seja, mais um dos sujeitos periféricos que seguem destoando ao ocuparem áreas elitizadas da cidade. Com a inclusão da babá na cena, Martins nos leva a refletir também sobre o caráter de subserviência que é atribuído ao sujeito oriundo da periferia, sempre visto pelo morador do asfalto como alguém que deve ser subordinado a ele, reforçando a estrutura de poder na qual fala Said. Com isso, mais uma vez, o conto provoca o leitor, fazendo-o pensar sobre questões de representação de classe pelo estereótipo, já que é justamente o fato de a babá destoar da família feliz que nos leva à reflexão.

O conto segue e o personagem continua empenhado em seu plano de perseguição forçando encontros com Mário, que após três meses nota sua presença, deixando clara sua expressão de horror diante da descoberta. Seu perseguidor, no entanto, não desiste de seu plano de pesquisa e afirma que “às vezes o perseguia claramente, via sua tensão crescer, até quase explodir” (MARTINS, 2018, p. 21). Mário, que morava perto do trabalho começa, então, a dar voltas pelo quarteirão a fim de despistar o narrador, porém sem obter sucesso, já que ele sabia a onde ficava seu apartamento.

Nesse momento, assim como o narrador de Martins avança por um caminho que o levaria a jogada final, caminhamos para a conclusão da história. Como uma forma de quebrar a expectativa do leitor – de que apenas o perseguido sentia medo – o narrador nos

conta que para ele também “foram dias complicados” (MARTINS, 2018, p. 21) e que ele também “tremia diante das possibilidades de desfecho” (MARTINS, 2018, p. 21).

2. 4. Último movimento:

Chegamos, assim, no último momento do texto. Mário entra no prédio, cumprimenta o porteiro de modo automático e apressado e sobe para seu apartamento, que é observado pelo seu perseguidor, que nesse ponto já não fazia mais questão de se esconder, apenas por uma janela. Minutos depois, o personagem, do alto do prédio e “completamente transtornado” (MARTINS, 2018, p. 22), aparece da janela segurando uma pistola automática.

Nesse trecho que finaliza o conto, percebemos uma inversão do jogo. O perseguidor, sujeito periférico, morador da favela, marginalizado e criminalizado pela sociedade, é aquele que apenas sorri, “percebendo naquele momento que, se quisesse continuar jogando esse jogo, precisaria também de uma arma de fogo” (MARTINS, 2018, p. 22), ao contrário de sua vítima.

Com isso, Martins tece sua crítica à imagem que criamos do outro. Desumanizamos e projetamos nele aquilo que é inadmissível em nós. Cabe salientar, que essa crítica não está relacionada às pessoas, mas trata-se de uma classe inteira, que se mantém exercendo poder sobre outra, por meio de uma estrutura social excludente, que privilegia sujeitos “centrais” em detrimento daqueles que estão nas margens.

Assim como Geovani Martins, outro autor que se propõe a questionar, através de sua literatura, essa estrutura hegemônica que sustenta uma hierarquia de classes é Rubem Fonseca, que nos mostra “a denúncia e a crítica implícita de uma realidade autoritária” (PATROCÍNIO, 2016), trazendo ao leitor questionamentos acerca da realidade que aproxima o mundo da miséria dos setores mais abastados da cidade (PATROCÍNIO, 2016).

Em “O outro”, conto escrito por Rubem Fonseca e publicado em *Feliz Ano Novo*, vemos uma situação semelhante a narrada por Martins, porém, dessa vez, o discurso é proferido não por aquele que persegue, mas pelo perseguido. Aqui, lemos a história de um executivo que passa a ser “perseguido” por um sujeito que o pede dinheiro praticamente todos os dias.

O narrador do conto, logo no início do texto, se apresenta como um alguém que passava suas manhãs atendendo telefones, narrando cartas à secretária, lendo memorandos e “trabalhando duramente”, como é dito por Fonseca (1989, p. 87). A partir da escolha lexical realizada pelo autor podemos observar certo destaque à lógica produtivista, como se o executivo, ao enumerar as tarefas realizadas por ele em seu escritório, tentasse se afirmar e justificar sua provável riqueza, como se ela resultasse realmente de seu árduo trabalho e não de uma renda má distribuída, que faz com que os ricos se mantenham nessa posição, dificultando o acesso das classes mais baixas à riqueza.

Na sequência do conto, o autor introduz um novo personagem: o “perseguidor”, um sujeito que acompanhou seu “alvo” até a porta do escritório dizendo “doutor, doutor, será que o senhor podia me ajudar?” (FONSECA, 1989 p. 87). Após a aparição desse sujeito, o executivo passa a se sentir mal e precisa ter sua rotina alterada, devido à problemas de saúde que o fazem ter que caminhar duas vezes ao dia, já que a principal recomendação médica, deixar de trabalhar por um tempo, não podia ser atendida – mais uma vez reforçando sua extrema produtividade.

No dia seguinte, durante a caminhada receitada pelo médico, o sujeito aparece novamente para pedir dinheiro e é descrito, no início do conto, como “um homem branco, forte, de cabelos castanhos e compridos” (FONSECA, 1989 p. 88). Mais uma vez ele recebe algum dinheiro e se vai. Pelo terceiro dia seguido, ele torna a aparecer, o que incomoda o executivo, que o interroga perguntando se ele pediria dinheiro todos os dias, ao que o “perseguidor” responde: “doutor (...) minha mãe está morrendo, precisando de remédio, não conheço ninguém bom no mundo, só o senhor” (FONSECA, 1989 p. 88).

A partir de sua fala, podemos inferir que é traçada uma hierarquia de relações, que coloca o sujeito pedinte como inferior ao sujeito que é pedido. A escolha da palavra “doutor” denota uma visão de que aquele que é “perseguido” é superior, o que indica certo status empregado a ele. Além disso, cria-se uma relação de dependência entre eles, já que o sujeito “inferior” afirma não conhecer ninguém bom no mundo além do “doutor”, o que indica sua solidão no mundo. Com isso, percebe-se uma espécie de crítica ao descaso social destino às pessoas de baixa renda, que precisam pedir dinheiro para comprar remédios, mostrando a ineficácia do sistema de saúde.

Após sumir por alguns dias, o sujeito volta a aparecer, primeiramente, pedindo dinheiro para enterrar a mãe, e, sequencialmente, correndo atrás do executivo, que afirma

ouvi o barulho de saltos de sapato batendo na calçada como se alguém estivesse correndo atrás de mim. Apressei o passo, sentindo um aperto no coração, era como se eu estivesse sendo perseguido por alguém, um sentimento infantil de medo contra o qual tentei lutar (FONSECA, 1989 p. 89)

Ao conseguir se aproximar do executivo, o perseguidor pede ajuda dizendo não ter ninguém no mundo e não saber fazer nada, como resposta a “ordem” do perseguido “arranje um emprego” (FONSECA, 1989 p. 89). Podemos perceber, novamente, a presença da negação do outro para a autoafirmação. Ao ordenar que o outro arranje um emprego, após deixar claro, em diversos momentos do texto, sua alta produtividade, fica evidente a tentativa do narrador de mostrar quem ele é a partir da descrição de quem é o outro. Enquanto ele é o trabalhador, o outro é aquele que suga dele o que é produzido por meio de imenso esforço. “Que culpa eu tenho dele ser pobre?” (FONSECA, 1989 p. 90) se questiona o executivo, como se sua classe não fosse mais favorecida em relação às classes mais baixas pela distribuição equivocada da riqueza.

Esse outro, além de improdutivo e um vampiro que suga seu dinheiro, é descrito, no meio do conto, com um rosto cínico e vingativo – vingança essa que talvez fosse real, mas não direcionada apenas a um homem, e sim a uma classe específica detentora dos privilégios sociais, na qual este homem, escolhido como “bode expiatório”, está inserido, e, portanto, deve pagar ao seu perseguidor.

As descrições do sujeito que se seguem atribuem a ele características vistas de modo negativo, como alto – “ele era mais alto que eu” (FONSECA, 1989 p. 90) –, forte e ameaçador. Com isso, mais uma vez, cria-se um jogo de oposição. Enquanto o outro é alto, forte e ameaçador, o outro do outro, nesse caso, o “eu” que narra o conto, é pequeno e fraco, o que o torna alguém a quem se pode ameaçar. Dessa forma, subentende-se que se o outro é visto como o bárbaro, o bandido, o marginal, o “eu narrador” é visto como o cidadão de bem, assim “o opressor torna-se oprimido e o oprimido o tirano” (KILOMBA, 2019), pois projeta-se no sujeito oprimido – aquele que não possui benefícios sociais – características que não podem ser assumidas pela classe opressora, que olha para si “como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa” (KILOMBA, 2019).

Na última cena do conto, nos é descrito um assassinato, porém, ao contrário do que é esperado pelo leitor, o assassinato não é causado pelo sujeito marginalizado, mas sim, por aquele que pertence ao centro – priorizado na estrutura de poder. O executivo, cansado de ser perseguido, decide por um fim à situação. Para isso, saca sua arma e atira em seu perseguidor, porém, somente após o ocorrido, ele é capaz de ver atentamente quem era esse sujeito que o ameaçava. “Então vi que era um menino franzino, de espinhas no rosto, e de uma palidez tão grande que nem mesmo o sangue, que foi cobrindo a sua face, conseguia esconder” (FONSECA, 1989 p. 90).

O desfecho do conto, construído por meio da utilização do brutalismo – termo utilizado por Alfredo Bosi para caracterizar a obra Fonsequiana – nos mostra uma crítica do autor ao modo como a classe alta exerce seu domínio sobre a classe baixa. Aqui, assim como no conto de Martins, podemos observar que novamente o sujeito marginalizado não é o criminoso. Quem possui e aponta a arma é aquele que é considerado pela sociedade moralista como um cidadão de bem, que realiza seu ato como uma forma de “violência asséptica” (PATROCÍNIO, 2016), uma violência que tem por finalidade trazer limpeza a sociedade, exterminando aquele que “suja” a cidade.

Mendes (2011) aponta que

Aqui entra a questão da invisibilidade da classe mais baixa, pois aqueles que vivem à margem da sociedade geralmente são ignorados e, quando são vistos, não são vistos como um ser individual, mas como apenas mais um entre tantos dessa categoria, a dos Outros, sem rosto, sem nome, sem identidade.

O “outro”, do conto de Fonseca, assim como o “perseguidor” do conto de Martins é visto como a representação de uma classe inferior e subalterna. Uma massa uniforme que não possui individualidade. Uma massa não humana e, portanto, capaz apenas de causar em seu outro o mesmo medo provocado por um animal selvagem: que faz com “velhas” segurem suas bolsas com mais força e executivos sintam taquicardias. E, portanto, não sejam dignos de empatia, mas da violência que os destrói.

É importante destacar a legitimidade de Martins para abordar a problemática dos contos. Se Fonseca abre o caminho para a temática da relação de oposição entre personagens periféricos e abastados, é Martins quem permite ao periférico falar por si próprio. Como afirma Achugar (2006) “O sujeito social pensa, ou produz conhecimento, a partir de sua história local, ou seja, a partir do modo que ‘lê’ ou ‘vive’ a ‘história local’”,

o que significa que o sujeito oprimido possui uma propriedade maior, resultante da experiência, para narrar sua opressão. Martins assina sua obra como aquele que lê e vive como um sujeito periférico, de modo similar a seu personagem, rompendo com a posição passiva do sujeito da margem, que agora produz literatura e não somente a consome, podendo denunciar por si mesmo a violência, o descaso e o abismo social que o cerca.

3. A história do periquito e do macaco

No momento em que lemos os contos de Martins presentes em "O sol na Cabeça" podemos nos questionar sobre a importância da fala provocativa vinda da margem. Questões como "a quem é permitido contar uma história?" e "qual a voz capaz de dar veracidade a história contada?" surgem de imediato em nosso pensamento. No conto "A História do Periquito e do macaco", o autor deixa claro a necessidade e a potencialidade da fala do sujeito periférico. Aqui, temos mais um de seus personagens não nomeados que se propõe a contar, para um interlocutor também não nomeado, sobre a realidade da favela da Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, durante o período de "pacificação" do morro feita pela Polícia Militar, no ano de 2011.

3. 1. Sobre o mito da pacificação

Ao pensarmos no processo da – suposta – pacificação podemos nos questionar até que ponto a tentativa do Estado de garantir uma possível segurança não reforça estereótipos, como o que relaciona o sujeito periférico à criminalidade (CARVALHO, 2013), visto que a ordem é mantida com base na moralidade daquele que anteriormente era visto como o causador da “violência”, já que é fato que antes da instalação das UPPs as trocas de tiros entre policiais, que invadiam o território, e os traficantes, resultava em mortes e ferimentos de inocentes.

Ao nos voltarmos para a leitura do conto, percebemos que a escolha de palavras realizada pelo autor não é puramente aleatória, mas intencional. Logo na primeira linha temos a frase que nos contextualiza temporalmente na história: “quando a UPP invadiu o morro”. A escolha linguística da palavra “invadir” deixa bem clara a posição de Martins acerca da presença constante da polícia dentro do ambiente. Essa retomada territorial, vista pelo Estado como necessária para a promoção da paz por meio do controle, para o autor, na figura do narrador do texto, representava uma invasão, ou seja, ocupação pelo uso da força do ambiente que, pelo menos em teoria, pertence ao outro.

A pacificação sugerida pelo Estado se contrapõe ao discurso do narrador, que sequencia seu texto falando sobre a dificuldade que passa a ser enfrentada na favela após a invasão, na qual começa a ser “foda pra comprar bagulho”, pois “só tinha criança

trabalhando de vapor” e, mesmo assim, “geral continuou comprando droga.” (MARTINS, 2018. p.37). O que podemos depreender dos trechos destacados é que apesar da presença da polícia no morro inibir o tráfico, essa inibição não trazia reais benefícios à população periférica pois colocava crianças em situação de criminalidade, já que a UPP “está nas favelas não para combater o tráfico de drogas, mas para inibir a ostentação das armas e garantir a tranquilidade aos moradores, devolvendo ao Estado o território que fora tomado pelos traficantes.” (CARVALHO, 2013), ou seja, apesar de cumprir com o que fora preestabelecido esse acordo não era suficiente para trazer a paz àquela localidade.

Além de denunciar a invasão do morro e, com isso, a entrada precoce ao mundo do crime, o narrador também se dispõe a apontar os abusos cometidos pelos policiais: “os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho” (MARTINS, 2018. p.37). Ao elencar esses atos é possível observar que a polícia se aproveita de sua situação de poder e funciona como mais uma classe que oprime o sujeito periférico, que, se antes era oprimido pelo traficante que comandava o morro, agora passa a viver sob a ameaça constante de ser o escolhido do dia para ser confundido com o criminoso dentro de sua própria casa, ou seja, seu lugar de descanso e refúgio é retirado dele. Acerca disso, segundo a pesquisa de Janice Perlman (2012), na qual a autora entrevistou moradores de favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias,

Apenas 10% dos entrevistados afirmaram que os traficantes alguma vez os ajudaram de alguma forma (menos ainda disseram que a polícia ajudou – apenas 3%); e 13% disseram que os traficantes os prejudicaram (enquanto 10% afirmaram que a polícia os prejudicou).

Outra questão destacada pelo narrador é a relação jornal-polícia, já que ele afirma que o jornal estava “fechando com eles” (MARTINS, 2018. p. 37). Dessa forma, o morro passa a ser dividido entre o “nós”, os moradores, que deveriam ser os donos do local, e “eles”, os policiais, que, por terem o apoio da mídia, apesar de invasores, ganham o status de novos donos, os heróis que ajudam o Estado a recuperar o lugar para que esse possa voltar a ser considerado parte da cidade, como afirma o repórter André Curvello na edição de 14 de novembro de 2011 do RJTV, sobre o processo de pacificação “A gente que é do Rio já vê a Rocinha como bairro” (MENDONÇA, 2015).

O problema de sujeitos não periféricos começarem a enxergar a Favela da Rocinha como bairro e, conseqüentemente, como parte da cidade é que o questionamento de quem

pode pertencer a cidade passa a existir. Se a margem agora é parte da cidade quem pode ocupá-la?

Se antes do processo de pacificação o sujeito marginal era visto como indigno de pertencer ao centro, agora ele passa a ser indigno de pertencer também à margem, uma vez que o que é considerado parte da cidade é apenas o espaço territorial e não os sujeitos que o ocupam, por isso, a presença da força policial, em conjunto com a mídia, se faz necessária. Se o ato violento de invadir casas não é mostrado como um problema, mas como uma ação necessária, já que nesse processo se encontram “uma pistola entocada e meia dúzia de radinho” (MARTINS, 2018. p.37), a população central, ou seja, que não habita essa margem, passa a comprar a ideia vendida pelo Estado. Com isso, o sujeito marginal além de perder seu território perde também sua voz, o que faz com que o relato por meio do conto seja necessário, pois, nesse sentido, a literatura passa a ser vista, junto a outras artes, como uma forma de luta para a ressignificação do termo favela (BURGOS, 2012).

Essa ressignificação vai de encontro a toda representação construída por sujeitos não periféricos, que descrevem a favela como uma oposição ao ideal de cidade, na qual a primeira é vista como um lugar subalterno e estigmatizado, como local em que há a predominância de uma cultura de violência, e a segunda como um ideal de civilização (BURGOS, 2012). Se os favelados fazem parte dessa cultura de violência e, portanto, não são vistos como sujeitos civilizados não devem ocupar o espaço territorial da cidade.

De volta à obra literária, o narrador nos conta – já que podemos considerar que o ato de narrar o texto a um interlocutor desconhecido se trata apenas de um possível artifício do autor para denunciar a nós, leitores, a verdadeira situação enfrentada pela comunidade periférica – que “demorou muito pro bagulho berimbolar de verdade, não” (MARTINS, 2018. p. 38). Com a entrada da polícia no morro, quem passa a enfrentar situações complicadas são os moradores que passam a ser parados constantemente pelos policiais que os perguntam para onde vão e o que vão fazer. Dessa forma, podemos observar que há um certo tolhimento da liberdade desse sujeito que, mesmo sendo nascido e tendo sido criado naquele ambiente, ainda precisava dar satisfações para a polícia (MARTINS, 2018. p. 38).

Ao tolher a liberdade dessas pessoas nota-se mais um comportamento que as exclui do ambiente. A favela, por meio da figura do policial, passa a ser regulada, não apenas

fisicamente, pelo Estado, que controla o sujeito, passando a tratá-lo como um criminoso em uma penitenciária, que precisa ser vigiado em cada momento para não cometer nenhum ato violento, o que resulta em um ódio que é gerado nessa população (MARTINS, 2018. P. 38).

O narrador continua sua história e afirma que esse ódio desencadeado na comunidade resulta em um retorno ainda maior das atividades do tráfico. O narrador conta que “o movimento se levantou de novo, desentocou os fuzil, botou mais gente pra trabalhar, espalhou na moral os vapor, os atividade, pra voltar a fazer dinheiro” (MARTINS, 2018. P.38). Com isso podemos perceber o surgimento de um conflito, pois, além da presença policial não ter suprimido o tráfico ela o fortaleceu e, a partir disso, passa a ser estabelecida uma guerra entre Estado e tráfico, na qual as trocas de tiro passam a ser mais intensas do que as que ocorriam antes da “pacificação”, já que, como afirma o narrador, “já havia pra mais de anos que não dava tanto tiro na Rocinha” (MARTINS, 2018. P. 38).

A partir do início dessa nova guerra por poder, pode-se observar de que forma atua o fazer político do Estado. Nesse caso, podemos ver a aplicação do conceito de Necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achile Mbembe, o qual se apoia nas definições de raça e racismo para estabelecer sua crítica. Para o autor, a Necropolítica vem como um complemento à ideia de Biopolítica, de Michael Foucault, na qual a política atua sob a necessidade de combater certos inimigos para que a vida seja preservada (BUENO, 2020). Porém, se diante do conceito de Foucault já questionamos qual é essa vida que deve ser preservada, isso se estreita ainda mais no conceito de Mbembe, pois, para ele, a política não mais se estabelece apenas como uma forma de proteger a vida, mas como uma forma de eliminar corpos matáveis e é nesse lugar que entram os conceitos de raça e racismo. Nesse sentido, segundo Bueno (2020),

A raça e o racismo atuam como uma ideologia necessária para justificar a expansão do capitalismo, o colonialismo, a escravização de povos africanos, a submissão e destruição de populações indígenas, e, por outro lado, as teorias a respeito da supremacia branca, da pureza racial e da superioridade do Homem europeu em detrimento de outras populações.

Com isso, podemos afirmar que é devido também ao racismo que populações periféricas passam a ser mais “matáveis” do que outras populações. A necropolítica atua

como uma forma de limpar a cidade e, portanto, a sociedade, retirando da cena corpos que são marginalizados e criminalizados.

É nesse cenário que se localizam os personagens do conto de Martins, o que caracteriza o relato do narrador como algo extremamente necessário, pois é a partir de seu discurso denunciativo que podemos ver o quanto o projeto de retomada da Rocinha está a serviço desse tipo de manifestação política. Aquela que ao invés de oferecer subsídios para que aquela população possa viver, e não apenas sobreviver, não os vê como merecedores de vida, mas sim como seres inferiores e, portanto, que ameaçam a vivência de outros seres vistos como superiores.

Na sequência do conto, o narrador decide se voltar para o momento anterior a invasão e aborda as incertezas decorrentes do período. Quando afirma que uma parte dos moradores acreditava que o tráfico não deixaria com que a polícia dominasse o morro e que a outra parte acreditava que sim, o autor utiliza o vocábulo “entregar” para se referir a esse processo. Ao olharmos para a escolha da palavra “entregar” podemos inferir que o narrador trata o morro como uma espécie de objeto que deixa de pertencer a alguém e passa a pertencer a um outro alguém. Com isso, evidencia-se o fato de o morro ser um lugar que possui um dono e da comunidade estar sujeita a isso sem ter nunca suas demandas ouvidas e atendidas o que reforça a necessidade existencial da obra, já que é ela que possibilita que essa questão seja discutida e denunciada.

3. 2. O Periquito e o Macaco

Chegando à metade do conto o autor nos apresenta os personagens que o nomeiam e inicia, assim, a segunda parte do conto, destinada a contar a história acontecida no morro durante o período. A história do “Cara de Macaco”, como inicia o narrador, é situada “depois que tava geral achando que o pior já tinha passado” (MARTINS, 2018, P. 39). Com isso, percebe-se que, apesar de todas as denúncias já realizadas pelo autor, a principal seria realizada a partir do feito contado a seguir.

O primeiro personagem que nos é apresentado é um tenente que chega no morro e fica conhecido como “Cara de Macaco”. O narrador nos conta que “o que dava mais ódio era que o bagulho dele não era nem pegar traficante não. Bagulho dele era pegar viciado. Ele falava que só existia traficante porque existia viciado.” (MARTINS, 2018, P. 39) e, a

partir disso, abusava de sua posição de poder para violentar os usuários de droga da região em que ele trabalhava. Algumas dessas violências são elencadas e percebe-se que há uma diferença em relação ao tratamento dado pelo policial frente a esses usuários, que, quando eram moradores do morro sofriam consequências maiores, como o morador que teve que cheirar uma grande quantidade de pó na frente do policial e o “Neguinho” que se jogou na vala, e, quando eram de fora daquele ambiente, recebiam tratamento diferente, como o “playboy” – que “tava levando maconha, pó, balinha, lança-perfume e o caralho na mochila” (MARTINS, 2018, p. 40) - que, apesar de ser “esculachado”, discutiu com o tenente e o deixou receoso, o que fez com que ele parasse, com medo da posição ocupada pelo pai do rapaz que “era juiz, desembargador, sei lá, um bagulho desses que deixa os polícia com o cu na mão” (MARTINS, 2018, P. 41).

Diante dessa situação, podemos ver que há, por parte do narrador, essa função de ser uma espécie de porta voz capaz de trazer a público, por meio da ficção, histórias que ocorrem não somente nela, mas também na realidade. Como afirma Cunha (2018) sobre o conto,

Poderia não passar de um conto, totalmente ficcionalizado, se não se tratasse exatamente do dia a dia nas comunidades centrais e/ou periféricas do Rio de Janeiro. Poderia não ser uma narrativa curta e, sim, uma reportagem, de pequena ou grande escala. Poderia, inclusive, ser uma realidade acobertada, como muitas vezes é.

Nesse sentido, o conto faz-se necessário devido justamente a essa realidade acobertada e a ausência de uma mídia que se ocupe de trazer a veracidade dos fatos em vez de somente se destinar a agradar uma classe burguesa, que marginaliza sujeitos periféricos.

De volta ao conto, após o incidente com o “playboy” o tenente decide subir “a ladeira na intenção de fazer maldade” (MARTINS, 2018, p. 41) e, ao encontrar dois jovens fumando na laje, leva ambos para a “casa do mestre” e passa a noite toda os agredindo. Porém, o policial não contava que um desses jovens era irmão de leite do “braço direito do dono do morro” (MARTINS, 2018, p. 41), o Periquito da Raja, que decide vingar a agressão sofrida pelo irmão e, para isso, decide armar um plano, juntamente com a prostituta Vanessa, que seduz o policial e o leva para dentro de um barraco, o que permite que o Periquito o mate e em seguida leve seu corpo até a mata e o queime.

O conto se encerra com o narrador contando a seu(s) ouvinte(s) sobre a reportagem que sai no jornal sobre a morte do tenente, na qual lê-se “Filhos choram no enterro simbólico do tenente Roberto de Souza” (MARTINS, 2018, p. 43). Com isso, podemos ver que, apesar dos delitos cometidos pelo policial, sua foto ainda estampa os jornais não para tornar públicas as suas agressões, mas para lamentar sua morte. Isso nos evidencia o peso que possuem as vidas dos sujeitos marginalizados e não marginalizados, pois, se alguma das vítimas do tenente tivessem sido mortas, como são mortos diversos sujeitos em confrontos policiais nas periferias brasileiras, esse destaque não seria dado de igual modo.

Além disso, vale evidenciar o caráter fabular da história presente no conto, já que os personagens dela recebem alcunhas de animais, visto que nas fábulas são atribuídas características e vivências humanas aos animais. Tudo isso, nos leva a encarar a história como uma simbologia para algo maior. Uma espécie de enredo contado para provocar no ouvinte algum tipo de reflexão, que é evidenciada a partir da “moral” sempre presente no final das histórias do gênero.

Nesse caso, a moral que pode ser extraída do texto é: independentemente do tamanho do desvio cometido, o lado mais forte sempre receberá um certo privilégio em detrimento do mais fraco, o que ocorre tanto com o “playboy”, que levava mais drogas que os outros e, por estar numa posição social mais elevada, recebeu uma menor punição, quanto com o tenente, que, por ser visto pela mídia como uma espécie de herói que vai “limpar” a cidade da criminalidade e, portanto, tem respaldo para exterminar corpos periféricos, tidos como “imundos” e matáveis pela sociedade burguesa que enxerga a cidade (centro) como ideal e, devido a isso, renega a margem (periferia), tem sua morte lamentada no jornal.

Com base nisso, pode-se perceber a necessidade do autor em escrever o conto, visto que é a partir dele que se vê a potencialidade da fala periférica, pois, ao contar histórias de sujeitos marginalizados pelo ponto de vista deles o autor faz com que esses sujeitos tenham voz. É, portanto, por meio dessa literatura, que o leitor passa a ter a possibilidade de enxergar o outro lado de uma mesma história e questionar a realidade daqueles sujeitos.

4. Considerações finais

Antonio Cândido (1995) afirma que a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”. Com base nisso, podemos considerar a necessidade não apenas do consumo literário, mas também de sua produção, por meio da própria periferia, para que questões referentes a essa população possam ser sanadas.

É nesse lugar que a produção de Geovani Martins se encontra. É por meio de sua escrita que o pensamento do jovem periférico pode se fazer conhecido. É, justamente pela possibilidade de dar voz a esse sujeito que o autor possibilita ao leitor questionar o lugar desse sujeito no mundo e ao próprio sujeito subverter a lógica preestabelecida a ele – o lugar de “marginal”, ou seja, aquele que ocupa e sempre ocupará a margem.

Em “Espiral” o autor nos convida a seguir com ele pelos movimentos que sempre estiveram presentes em sua vida: o distanciamento físico e social do “asfalto”, a falta de conforto para transitar livremente pela cidade, a construção de uma imagem de “monstro-criminoso” que é atribuída a ele e causa medo no outro. Com o levantamento dessas questões percebemos que, mesmo que o movimento daqueles que se diferenciam dele por sua classe social não parem, ele pode seguir por uma outra via que o leva a um caminho diferente do que é preestabelecido a ele.

Já “A história do Periquito e do Macaco” nos mostra que é a partir da capacidade de contar uma história que a realidade de um povo pode ser revelada, pois, enquanto a mídia se volta contra esses sujeitos, dando destaque aos interesses de uma classe disposta a tomar de volta um território e excluir aquela população do espaço social da cidade, a literatura funciona como uma forma de dar voz a sujeitos oprimidos e silenciados frente a essa mesma mídia.

Dessa forma, a literatura feita aqui é capaz de humanizar sujeitos desumanizados e, além disso, abrir portas para que a literatura marginal cresça, pois, a partir do reconhecimento da necessidade da obra e de sua possibilidade de ser um agente transformador da sociedade, outros escritores poderão dar voz a cada vez mais sujeitos marginalizados.

REFERÊNCIAS:

ACHUGAR, Hugo. Sobre o “balbucio teórico” latino-americano. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 27-51

BUENO, Isabela Simões. Necropolítica made in Brazil: exercício do poder de morte nas periferias do capitalismo através do racismo. In: petdefilosofiaufpr.wordpress.com v. 18, n. 2, agosto 2020, p. 196 – 215.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade. In: *Favelas Cariocas, ontem e hoje*. organização Marco Antonio da Silva Mello... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂNDIDO, Antonio. “Na noite enxovalhada”, In: Antonio Arnoni Prado, Maria Eugênia Boaventura e Orna Messer Levin (Orgs.). *João Antônio: Remate dos Males*, n. 19. São Paulo: Campinas, UNICAMP, 1999, p. 83 – 88.

_____. Direito à literatura. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARVALHO, Monique Batista. “A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura”, In: *O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013*, p. 285 – 308.

CUNHA, Vanessa Augusta Cortez dos Santos. O Sol na Cabeça e os Campos de Força da Bios. In: *Circulação, tramas e sentidos na literatura*. Abralic, 2018, p. 172 – 179.

FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Geovani. *O sol na Cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica – Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, Giovana Oliveira. Representações de alteridade no conto “O outro”, de Rubem Fonseca. In: *Estação Literária Londrina*, Vagão-volume 7, p. 48-56, set. 2011 ISSN 1983-1048 - <http://www.uel.br/pos/letras/EL>

MENDONÇA, Kléber Santos de. Entre o mito da retomada do território e a política de silêncio: uma análise do discurso do RJTV sobre a “Pacificação” da Rocinha. In: *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS v. 16, n. 31 (43-58) maio-ago, 2015.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Cidade de Lobos – A representação de territórios marginais na obra de Rubens Figueiredo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

PERLMAN, Janice Elaine. Favelas ontem e hoje (1969-2009). In: *Favelas Cariocas, ontem e hoje*. organização Marco Antonio da Silva Mello... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

GABRIELA PEIXOTO

DRE: 115047262

A HUMANIDADE DOS SUJEITOS PERIFÉRICOS EM
DOIS CONTOS DE GEOVANI MARTINS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português.

Data de avaliação: ____/ ____/ ____

Banca Examinadora:

_____ NOTA: _____

Paulo Roberto Tonani do Patrocínio – Presidente da Banca Examinadora

Prof. + titulação + instituição a que pertence

_____ NOTA: _____

Nome completo do Leitor Crítico

Prof. + titulação + instituição a que pertence

MÉDIA: _____

Assinaturas dos avaliadores:

